

## **NEGRAS E POBRES: AS MAIS AFETADAS PELO ESCOLA SEM PARTIDO**

Bruno Rodolfo Martins; Fernanda Pereira de Moura

(SME-RJ; SME-RJ)

**Resumo:** As principais críticas feitas ao Escola Sem Partido focam na questão da perseguição às questões de gênero nas escolas. Sob a alegação de que professores estariam convertendo crianças em gays ou lésbicas com o uso da “ideologia de gênero” em uma tentativa de destruir a família, o ESP defende na verdade a manutenção das desigualdades de gênero. Pretendemos com este trabalho evidenciar que quem continuará sendo invisibilizada, discriminada e sofrendo as consequências do patriarcado, em sua forma mais severa, serão as mulheres negras e pobres e as mulheres indígenas. Essas mulheres são as que mais são afetadas pelas políticas públicas uma vez que a maioria das usuárias e trabalhadoras dos sistemas públicos geridos pelo Estado, e em especial, a educação pública. Nesse sentido, visamos demonstrar que o Escola Sem Partido não é somente um programa machista, misógino e sexista, mas também racista e classista.

**Palavras-chave:** Escola Sem Partido, Desigualdade Social, Gênero, Raça, Classe.

### **Introdução**

Em abril de 2018 já passamos da marca dos mais de 150 projetos de lei Escola Sem Partido - ESP apresentados em todo o Brasil. Ainda que a maioria dos projetos ainda esteja em tramitação, que alguns destes projetos já tenham sido arquivados e que o único projeto ESP aprovado em nível estadual esteja com seus efeitos temporariamente suspensos pelo STF, o discurso do movimento Escola Sem Partido vem ganhando força e cada vez mais vemos mais casos de professores sendo perseguidos em todo o Brasil. Desta forma, é importantíssimo discutir quem são as pessoas mais afetadas pelo Escola Sem Partido, principalmente quando estas pessoas estão em grupos de maior vulnerabilidade na nossa sociedade. Assim, analisamos o discurso do movimento escola sem partido bem como analisamos dados estatísticos que podem e devem ser relacionados a este movimento para identificar o grupo mais afetado pelo movimento a fim de contribuir na luta contra o projeto e na luta pelo fim das desigualdades e pelo fim da extrema vulnerabilidade em que se encontram a maioria das mulheres negras no Brasil.

### **O Escola Sem Partido**

O Escola Sem Partido é um movimento criado em 2004 e, também, uma série de projetos de lei apresentados em municípios e estados em todo o Brasil e no congresso nacional a

partir de 2014<sup>1</sup>. Enquanto em alguns dos projetos está explícita à perseguição aos debates sobre gênero se utilizando para isso do espantalho da “ideologia de gênero” para gerar pânico moral, o mesmo não se dá com relação às questões de raça e classe. Estas aparecem nos PLs de forma disfarçada. Sendo as questões de classe quando se menciona a suposta doutrinação ideológica ou marxista em sala de aula e às questões de raça quando menciona-se que os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas próprias convicções. Conforme constata Solon Neto (2017), os “discursos racistas, machistas e homofóbicos têm lugar nas câmaras do congresso nacional e tomam corpo nas ruas brasileiras”. As questões raciais estão invisibilizadas, camufladas, como é recorrente em nossa sociedade, fundada no racismo, na hierarquização de povos e pessoas conforme sua origem e raça, em que ainda se difunde uma democracia racial, como ratifica setores conservadores, ou ainda invisibilizada por setores progressistas, que usam e resumem a desigualdade social à a uma questão de classe como se a pobreza no Brasil não tivesse a face de uma mulher negra.

Como já dito, apesar de nos projetos de lei essas questões não aparecem explicitamente, no discurso do Movimento Escola Sem Partido elas ficam evidentes. Na página “De olho no livro didático - ocorrências de doutrinação política e ideológica”, mantida por Orley Silva, e *linkada* na página do Movimento Escola Sem Partido, o autor, um professor fundamentalista evangélico, dedica várias postagens a para criticar a presença da história e cultura negra e afro-brasileira nos livros didáticos e paradidáticos e nos currículos. Em uma das postagens, por exemplo, faz comentário crítico, porém nada profundo, no texto intitulado “O mundo físico e espiritual dos orixás: uma literatura do MEC para alunos da escola pública”, sobre um livro recomendado pelo MEC, “Orixás: do orum ao ayê”. Segundo o próprio,

(...) a obra apresenta uma visão da religiosidade afro-brasileira para a criação do mundo físico (Ayê) e a morada dos deuses (Orum). O relato guarda muita similaridade com a narrativa bíblica da criação. Esta estratégia de aproximar as duas narrativas sobre a criação pode ser eficiente para fazer com que pessoas de formação cristã, principalmente crianças e adolescentes, assimilem com mais facilidade os elementos de religiões o Candomblé e a Umbanda (SILVA, 2017).

Além da ignorância do que sejam os temas citados e correlatos como orixás, candomblé, umbanda, que por si só já invalidaria tal comentário como rigoroso (e ainda justificaria a necessidade de uma obra como essa na escola), ignora também que estas religiões são categorizadas como iniciáticas e não de conversão, como as cristãs, desprezando qualquer iniciativa neste sentido.

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre o movimento e os projetos de lei Escola Sem Partido ver Moura, 2016.

A tal mencionada assimilação parece, conforme o autor, ser intencional por parte do MEC quando escreve que o livro está “escorado no pretexto de estudar a cultura afro brasileira, em cumprimento a Lei 10.639/03”, e que há uma “clara intenção proselitista de obras literárias como esta”. De fato, o que tudo isso demonstra é um racismo religioso e cultural, que desvaloriza certas culturas e religiões (no caso, africanas e descendentes) e valoriza outras (como a branca, com sua “formação cristã”, supostamente ameaçada). “Análises” como essa a respeito de livros e currículos são frequentes nesta página que devido a enorme quantidade de fontes merece um texto só para ela.

Assim como os seus principais representantes, os seguidores do movimento também costumam dar demonstração do racismo em postagens e falas em debates sobre o projeto de lei. Uma delas ocorreu na audiência pública, na Câmara de Niterói, em que “um homem [favorável ao ESP] foi preso em flagrante por injúria racial ao ofender quatro mulheres, afirmando que ‘mulheres negras deveriam voltar a África’” (MOURÃO, 2017). Neste caso, já se pode perceber também o entrelaçamento das questões de gênero e raciais. E não se tratou somente uma questão de ofensa racial, mas também de agressão física. Conforme o relato do então vereador Paulo Gomes, em seu perfil do *facebook*, “segundo testemunhas, por não estarem cantando o hino nacional, o homem colocou o dedo no rosto de uma delas de forma agressiva, e ao ouvir que tirasse o dedo do rosto da menina, a garota teve o dedo torcido”, e que ele seria enquadrado pelo “crime de racismo”, além de “crime de injúria racial e agressão” (GOMES, 2017). Vale ressaltar que o homem em questão é branco, e as mulheres, negras. Vale ressaltar também que o proponente do projeto de lei ESP que estava sendo discutido no momento da agressão, o vereador Carlos Jordy, organizou uma vaquinha virtual para a defesa do agressor.

### **As desigualdades sociais no Brasil atual**

Dessa maneira, pode-se considerar que, possivelmente, as principais pessoas afetadas pelo projeto Escola Sem Partido seriam as mulheres negras e/ou pobres. Nesse sentido, vale ressaltar que as mulheres indígenas estão ainda mais marginalizadas, inclusive nas pesquisas e análises acadêmicas ou oficiais. Da mesma forma que a população indígena é tratada pelo senso comum de forma folclorizada, estereotipada, consideradas existentes em lugares longínquos ou apenas nas florestas, as mulheres indígenas são ainda mais invisibilizadas que os homens indígenas. No documento “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, do IPEA (2011), elas sequer estão

presentes, e provavelmente estão incluídas na categoria “outras”<sup>2</sup>. E na publicação resumida e recente sobre o mesmo assunto, e que trata do intervalo entre 1995 e 2015 (IPEA, 2017a), esse quadro é mantido: as análises e comentários são apresentados comparando homens e mulheres, e pessoas brancas e negras. Os dados para pesquisa através do IBGE (IBGE, 2017) também têm suas comparações com esse mesmo método. Considera-se assim, que as mulheres mais afetadas seriam essas “outras” mulheres, não-brancas, e como os dados disponíveis trabalham mais com a exposição da população negra, nosso debate seguirá por esse caminho.

A partir dos dados sintetizados e analisados pelo IPEA (2011), uma das primeiras afirmações que se pode fazer é que houve uma mudança de mentalidade na população, no que diz respeito à identidade e autodeclaração. Daí, temos um aumento da população negra (preta e parda) e uma diminuição da população branca, e mais de 50% dessa população é de pessoas negras e de mulheres (p.16-17). Há desdobramentos significativos quanto a isso: “os dados sobre chefia de família, ao mesmo tempo em que atestam o aumento das mulheres em uma posição predominantemente masculina, reproduzem algumas das desigualdades encontradas em outras esferas da sociedade”, como por exemplo, maior vulnerabilidade, “em especial, os [chefiados] por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens”, em que as mulheres possuem renda quase metade da dos homens (p.19). “Os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%)” (p.35). E quando se foca nas mulheres negras, que se mantêm na base da hierarquia social, a “renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009” (p.35). Cada vez mais possuem a responsabilidade de chefiar famílias, e mesmo assim continuam tendo as menores rendas, diante de homens brancos e negros, como de mulheres brancas. Além disso, a presença das mulheres no ambiente doméstico ainda é expressiva, seja no quesito uso do tempo para trabalhos domésticos (a chamada “dupla jornada”), seja no emprego, ou

---

<sup>2</sup> Conforme o IBGE (2011), “no primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil, em 1872, a classificação por raças estava presente na forma de quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo, esta última dirigida a contabilizar a população indígena do País” (p.14). Mas depois de 1890, a categoria equivalente, “indígena”, só “voltou” em 1991. Curiosamente, a categoria “amarela” está presente desde 1940, mas a “indígena” não teve essa continuidade. Mesmo hoje, com a categoria indígena presente, não se consegue acessar os dados específicos quando se trata de raça, como de gênero. Já o Dossiê Mulheres Negras (2013) justifica a metodologia do *Retrato*: “Em 2009, as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as). É importante ressaltar, aqui, a opção por se trabalhar com a categoria “negra”, construída a partir da soma das categorias preta e parda, assim coletadas pelo IBGE. O Retrato das desigualdades de gênero e raça apresenta seus indicadores sempre distribuídos em torno de apenas duas categorias raciais: brancos e negros. Por questões de representatividade amostral, não foram consideradas, no processo de produção de indicadores, as populações indígena e amarela” (p.19). Isso, porém, nos limita quando buscamos os itens relacionados a indígenas (como também amarelas).

na vitimização. Em 2009, as mulheres que estavam empregadas em ambiente doméstico eram 17,1% das ocupadas, enquanto os homens eram 1%; e as desigualdades raciais também se mantiveram, em que “12,6% das mulheres brancas ocupadas eram trabalhadoras domésticas, enquanto 21,8% das mulheres negras desempenhavam a mesma função” (p.29). Já na divisão do trabalho doméstico entre os sexos, percebe-se que,

desde os cinco anos de idade, são as meninas e mulheres que recebem a atribuição da realização destes afazeres, situação intensificada a partir dos 10 anos de idade. No Brasil, em 2009, na população com idade entre 5 e 9 anos, 14,6% dos meninos cuidavam do trabalho doméstico, enquanto 24,3% das meninas tinham esta atribuição. Os meninos dedicavam em média 5,2 horas por semana a esta atividade, enquanto as meninas, 6,1. Na população entre 10 e 15 anos, no mesmo ano, os meninos dedicavam em média 10,2 horas por semana a este trabalho, enquanto as meninas, 25,1 horas<sup>3</sup> (p.37)

E esse esquema se reproduz ao longo da vida de homens e mulheres. Quanto à vitimização, “43,1% das mulheres vítimas de agressão física estavam em suas residências, ao passo que 49% estavam em lugares públicos” (p.39). Estes dados apontam para algumas mudanças, pois o mais comum é que essa violência contra mulher aconteça em ambiente caseiro e com pessoas conhecidas, parentes e cônjuges. Soma-se isso ao movimento que as mulheres têm feito ao saírem mais de casa, tornando-se passíveis de serem vítimas fora de casa e por pessoas desconhecidas. Quando se trata do quesito saúde, e especificamente ao atendido do Sistema Único de Saúde – SUS, “a população negra representa 67%, e a branca, 47,2% do público total atendido”, e a maior parte da faixa de renda fica “entre um quarto e meio salário mínimo”, o que evidencia que as populações mais pobres e negras são o público típico do SUS. Quando se trata da mulher, a oferta é precária, e ainda “revela a permanência da desigualdade de acesso entre mulheres brancas e negras, entre aquelas residentes nas áreas urbanas e rurais e entre as regiões mais pobres do país” (p.23).

A partir dos dados mais recentes do IPEA (2017b), alguns aspectos ficaram em destaque. Esse estudo observou que “a proporção de famílias chefiadas por mulheres chegou a 40% em 2015. As mulheres estão trabalhando mais devido à dupla jornada e ganhando menos que os homens, apesar de a escolaridade ser mais alta entre elas” (p.1). O fato do aumento de escolaridade parece ser importante e determinante para a maior mobilidade das mulheres, seja rumo a atividades fora de casa, seja na prática de outras atividades profissionais, que não domésticas. Isso pode ser relacionado ao fato de que “o número de jovens nesse setor vem diminuindo. Em 1995, 51,5% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos de idade; em 2015, somente 16% estavam nessa faixa

---

<sup>3</sup> O documento do IPEA não menciona desigualdades raciais nesse quesito.

de idade” (p.1). Quanto ao recorte racial, o trabalho doméstico se mantém majoritariamente com mulheres negras, com a “ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015” (p.1). Nesse sentido, a questão do trabalho consegue retratar diversos aspectos inter-relacionados (como estudo, renda, tempo em trabalhos domésticos) e demonstrativos da situação subalternizada das mulheres negras no país. No vídeo “Pesquisadora comenta os resultados do estudo sobre gênero e raça no Brasil”, Natália Fontoura enfatiza que

no mercado de trabalho, a posição de desvantagem das mulheres negras, a gente [mantém] uma hierarquia ao longo desses 20 anos, apesar de algumas mudanças importantes, como o aumento da renda da população ocupada, em especial das mulheres negras, há a hierarquia homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras no mercado de trabalho [que ainda] se mantém. *A desvantagem das mulheres negras é muito pior em muitos indicadores.* No mercado de trabalho, em especial, mas também na chefia de família, pobreza, então é quando as desigualdades gênero e as desigualdades raciais se sobrepõem em nosso país (IPEA, 2017b, destaque nosso).

Situação similar a verificada com relação à educação, nosso foco, em que, apesar de alguns avanços, “observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, de nordestinos e da população rural na educação” (p.20-21). O documento ainda reforça que as mulheres continuam se sobressaindo diante dos homens, mas que

o tema de gênero não está resolvido nesta área, sobretudo, porque muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nos bancos escolares e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e homens brancos em todos os indicadores (p.21).

Quanto ao estudo, ela destaca ainda que "o analfabetismo das mulheres negras é mais que o dobro das brancas". Considerando que a maioria das mulheres ocupadas com trabalho doméstico são negras, e que estão buscando outras profissões, e que ainda essa categoria está envelhecendo (ou seja, continua a trabalhar como doméstica, não havendo uma renovação), pode-se supor que o aumento de escolaridade tem influenciado essa situação. Na esteira ~~disse~~ dessa questão, pode-se também relacionar isso com as políticas afirmativas desse período, como o programa bolsa-família, que ajudou de certa maneira toda uma geração estudando de forma contínua, apesar dessa política contribuir para a “cristalização dos papéis de gênero”, minimizando a responsabilidade dos homens e produzindo a responsabilização das mulheres para com o cuidado de crianças e adolescentes, conforme o estudo de Mariano; Carloto (2011, p.76). Pode-se ainda refletir sobre os

recentes direitos adquiridos por essa categoria, que diminuiu a precarização desse tipo de trabalho, fazendo com que muitas pessoas empregadoras tivessem que se adequar ou então correr o risco de cometer algum crime trabalhista. A pesquisadora ainda menciona que houve “o aumento da renda das trabalhadoras domésticas, mas, ainda assim, no ano de 2015, a média no Brasil não alcançava nem o salário mínimo” (IPEA, 2017b).

### **O ESP e as mulheres “na” e “da” educação**

Essa breve demonstração dos dados das desigualdades de gênero e raça, focando na questão das mulheres negras, evidencia-se a não redução delas. Desta forma, a proibição do debate sobre as questões de gênero e raça na escola, com a repressão, o controle, e a limitação de temas correlatos (como a violência contra LGBTs, por exemplo) não só ocultaria esses dados para estudantes, mas também para docentes, uma vez que o ESP também dirige atenção ao magistério superior e a formação docente; por conseguinte, quanto menos pessoas, ao longo de gerações, debatendo e compreendendo a hierarquização e o sistema social que separa homens e mulheres, pessoas brancas e negras (que favorece, por fim, a manutenção da dominação das mulheres brancas e, principalmente, das mulheres negras), menos transformações sociais poderão ser conquistadas. Como apontam os dados oficiais, ainda se está muito aquém de “nivelar” as pessoas ou concretizar um sistema equitativo. O conhecimento, a produção e o acesso a ele são o primeiro passo para transformações significativas, e a educação escolar tem papel fundamental nessa tarefa. Carvalho (2003) nos mostra que a população feminina é realmente a que mais está presente na escola:

Os homens tinham, em 1960, menos de três anos de escolaridade média e as mulheres, menos de dois anos, o que significa que o acesso à escola era em geral muito baixo e ainda pior para as mulheres. Ao longo dos últimos 40 anos, assistimos a uma ampliação muito grande do acesso à escola: as médias nacionais hoje estão em torno de seis anos de escolaridade, mas ao mesmo tempo, ocorreu uma inversão entre os grupos por sexo indicando que as mulheres foram as maiores beneficiadas (p.2).

Homens continuam tendo mais dificuldades escolares, e mesmo assim ainda são mantidos hierarquicamente à frente das mulheres “fora” da escola, enquanto elas são presença majoritária, apesar de ainda terem todas as dificuldades de “fora” transpostas para o ambiente escolar, são as que mais têm conseguido aproveitar a escola recentemente. A não visibilidade dessas questões pode contribuir para a mentalidade comum de que certos dados simplesmente “não existem”, ou no mínimo, se duvide deles, dificultando pequenas transformações cotidianas, como

também, e inclusive, a produção de políticas públicas para o combate a essas desigualdades. Afetará também o fortalecimento das identidades, em especial, femininas, negras, indígenas, pobres, trazendo ainda mais dificuldades para essas mulheres de se aceitarem, se reconhecerem, de lutarem para se libertar dessas condições.

Diante disso, pode-se afirmar que o ESP é um projeto de cunho racista, machista e classista, afetando as mulheres negras e pobres em especial, que pretende manter a situação social vigente com todas as suas desigualdades enraizadas desde a colonização. E em se tratando da educação escolar, estudantes, que são em sua maioria também mulheres negras<sup>4</sup>, teriam seus processos de estima prejudicados, afetando, por exemplo, o acesso, a permanência e o rendimento escolar. Concluem Querino; Lima; Madsen (2011) o seguinte:

Ou seja, não é suficiente “incentivar” as famílias a enviarem seus filhos e filhas à escola. Se a escola não tem a infraestrutura, a segurança, o corpo docente, o conteúdo e o material necessário para oferecer e garantir uma educação de qualidade para seus alunos e alunas, dificilmente o acesso a ela poderá ser revertido na melhoria da qualidade de vida e na abertura de possibilidades de mobilidade e ascensão social para esses/as jovens (p.132).

Tanto negros e negras continuam tendo limitações e dificuldades para se manterem estudando, reforçando não só as questões sociais, raciais ou de gênero como premissas, mas também que o próprio sistema escolar se coloca como uma questão, no qual mantém as exclusões e discriminações já postas. De acordo com o estudo de Valverde; Estolco (2011),

há no Brasil uma cultura de negação da existência de práticas racistas no meio escolar, que prefere atribuir o fracasso escolar de jovens e crianças negras exclusivamente à desestruturação familiar, à condição socioeconômica ou à necessidade precoce de se inserir no mercado de trabalho, sem considerar o peso que o pertencimento racial tem sobre suas trajetórias. Essas práticas e mecanismos contribuem diretamente para os dados de distorção idade/série, resultados do abandono ou reprovação de crianças e jovens negros (p.154).

Da mesma forma, práticas sexistas são mantidas na escola, deixando todas as mulheres em desvantagem, mas em especial as mulheres negras, que são, também, a maioria de responsáveis, que precisam ter acesso a esses conhecimentos, tanto diretamente com as docentes, tanto indiretamente no convívio familiar com as crianças e jovens que frequentam as escolas. Uma outra

---

<sup>4</sup> “[...] se a política [educacional] não incorpora a perspectiva racial, observando que a maioria da população por ela atendida é negra, e que o racismo por ela cotidianamente enfrentado também condiciona e estrutura a situação de exclusão vivenciada, pequena e restrita será a sua efetividade. Ainda, se essa mesma política não leva em consideração, para sua formulação e implementação, que meninos e meninas têm experiências educacionais diferentes porque têm experiências de socialização diferenciadas, traduzidas em cerceamentos e desigualdades, ela em nada contribuirá para a construção de uma cidadania de fato plena e igualitária”, como apontam Querino; Lima; Madsen (2011, p.133).



consequência, e provavelmente o principal objetivo do projeto e movimento Escola Sem Partido, seria o controle do magistério e o aumento da precarização dessa profissão majoritariamente feminina e negra. Já em Teixeira (2006), avaliando dados do Censo de 2000, isso é demarcado quando “se pode observar que a participação das mulheres nunca é inferior a 70% e na maioria das unidades da federação é superior a 80%” (p.15). A autora ainda destaca que:

de um total de 65.629.886 pessoas ocupadas, 3% exerciam a ocupação de professor, ou seja, 1.984.134 pessoas. Uma primeira caracterização para o conjunto de professores por essas duas características (sexo e cor) permite constatar que a ocupação é, sem sombra de dúvida, eminentemente feminina (81,2%) e branca (64,2%), e não apenas no seu conjunto (dados para o Brasil) como em todas as regiões e unidades da federação (idem).

Entretanto, se compararmos com o artigo de Fraga (2017) é importante destacar que nos 11 anos entre as duas pesquisas houve significativa mudança no perfil racial do magistério enquanto se mantém os números relativos ao gênero. Sendo 80% do magistério formado por professoras, e dessas, mais da metade são não brancas. Outras informações relevantes são que mais de 70% estão trabalhando nas redes públicas, e mais de 80% em escolas urbanas. Se por um lado existe uma constante na presença feminina, em torno de 80%, por outro lado, há uma mudança de cor, que entre outras possibilidades não avaliadas, pode ser reflexo das mudanças de mentalidade quanto à identidade de cor e/ou racial na autodeclaração, como consequência do acesso à educação e mais tempo de estudo, além da própria escolha pela profissão do magistério por mulheres negras. Há ainda outras informações extremamente relevantes em Teixeira (2006).

Em primeiro lugar, o ensino fundamental é realmente feminino, numa proporção ainda mais elevada para as mulheres negras (70,2% para 53,5% das brancas); em segundo, os homens negros também estão nessa categoria de ensino num nível bem mais elevado que os homens brancos (da ordem de duas vezes mais). Em terceiro lugar, atuando no ensino médio encontramos proporções semelhantes para os homens, independente da cor; enquanto no caso das mulheres, as brancas encontram-se numa proporção bem mais elevada que as negras. O ensino superior [...] é masculino e branco (p.29).

São essas mulheres negras, a maioria do magistério, resistindo a condições de trabalho precárias, com sua carreira desvalorizada, com o salário mais baixo dentre todas as profissões de nível superior e sofrendo toda sorte de assédio moral, produto tanto das políticas meritocráticas impostas pelos reformadores empresariais da educação quanto do discurso reacionário do Movimento Escola Sem Partido, que mesmo sem ter seus projetos de lei aprovados já traz graves consequências. E são elas que majoritariamente atendem a estudantes da rede pública, mais de 70%

das matrículas da educação básica<sup>5</sup>. Ou seja, são essas mulheres negras as responsáveis pela formação e as responsabilizadas pela má formação da nossa juventude.

### **As desigualdades na “representatividade”**

Importante perceber que, enquanto as afetadas pelos PLs ESP são mulheres negras e pobres, os proponentes dos PLs são, em sua maioria, ricos empresários brancos. São poucos propositores negros e poucas as propositoras mulheres<sup>6</sup>. O que reflete a própria composição do nosso legislativo. A questão racial sempre foi tão invisibilizada (apesar de evidente), que somente nas últimas eleições de 2014, conforme o debate da Rádio Câmara (2014) é que foi feita a autodeclaração da cor ou raça de candidatos/as: “na nova composição da Câmara dos Deputados, os parlamentares brancos representam mais de 70% das vagas, enquanto que os negros ocupam apenas 3,5%” (p.1). Quando se trata da presença da questão de gênero, a desigualdade também é nítida: “a bancada feminina cresceu de 47 para 51 deputadas. As parlamentares brancas ocupam 8% das cadeiras, as pardas representam 1,6% e as negras 0,6%. Na América Latina, o Brasil é o segundo país com menor índice de mulheres em cargos legislativos federais” (p.1). Já dentre as candidaturas da eleição de 2016, os homens representaram 68%, e as mulheres 32%; as pessoas brancas 51%, as pardas 39% e outras 9%, não tendo mudanças expressivas se comparados com as eleições de 2014, apesar dos pleitos serem para cargos diferentes (TSE, 2017).

### **Conclusão**

Pode-se afirmar que o Programa Escola sem Partido é uma proposta de política pública para não apenas frear o processo de inclusão social que vinha acontecendo no país como também para propiciar um retrocesso marcado pelo acirramento das desigualdades sociais. pesquisas feitas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)<sup>7</sup> mostram que atualmente 2 em cada 3 alunos de universidades federais são das classes D e E e que o número de estudantes com renda acima de dez salários vem caindo nas universidades públicas.

---

<sup>5</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-12/ensino-basico-tem-735-dos-alunos-em-escolas-publicas-diz-ibge>

<sup>6</sup> <https://professorescontraoescolasespartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>

<sup>7</sup> <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,2-em-3-alunos-de-universidades-federais-sao-das-classes-d-e-e,10000070529>

Outro ponto importante apresentado pela pesquisa é que houve um significativo aumento do percentual de alunos autodeclarados pretos e pardos, somando hoje 47,57% dos entrevistados. Ou seja, com a nova política de acesso ao ensino superior público (ENEM, SISU, Cotas) podemos considerar que o acesso (não ainda a permanência) à educação superior pública foi democratizado no que diz respeito à diversidade mesmo que apenas 20% dos nossos jovens estejam nas universidades. Ainda nesse sentido, é interessante notar que em uma universidade de referência como a UNICAMP pela primeira vez em sua história os estudantes oriundos da rede pública são a maioria dos seus estudantes<sup>8</sup>. Mesmo se focarmos nas mulheres negras e pobres é fácil ver como a maior inclusão destas nos cursos relacionados à educação de maneira geral, no qual representam 70% do alunado, e nas licenciaturas relacionadas a letras, biologia e às humanidades, no qual representam de quase totalidade do alunado até por volta de 50% destes<sup>9</sup> e, são estes os cursos mais atingidos pela ação do ESP, fica fácil perceber que as mulheres pobres e negras são as mais atingidas pelo Escola Sem Partido.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*: São Paulo, v.29, n.1, p. 185-193, jan./jun. 2003 Disponível em: [www.revistas.usp.br/ep/article/download/27906/29678](http://www.revistas.usp.br/ep/article/download/27906/29678) Acesso em: 31 de maio de 2017

FRAGA, Érica. *Professor tem formação melhor na rede pública do que na particular*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1771352-professor-tem-formacao-melhor-na-rede-publica-do-que-na-particular.shtml> Acesso em: 31 de maio de 2017

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA [et al.]. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4ª ed.. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf](http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos*. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526) Acesso em: 31 de maio de 2017a

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Pesquisadora comenta os resultados do estudo sobre gênero e raça no Brasil*. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29523&catid=30&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29523&catid=30&Itemid=9) Acesso em: 31 de maio de 2017b

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça - 2008*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf](http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estatísticas de Gênero*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0> Acesso em: 31 de maio de 2017

<sup>8</sup> <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/pela-1-vez-na-historia-maioria-dos-alunos-matriculados-na-unicamp-e-da-rede-publica.ghtml>

<sup>9</sup> <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/pela-1-vez-na-historia-maioria-dos-alunos-matriculados-na-unicamp-e-da-rede-publica.ghtml>

MARCONDES, Mariana Mazzini (org.) [et al.]. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza no programa bolsa-família. In: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida. *Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 (pp.61-78). Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_facesdadesigualdade.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017

MOURA, Fernanda Pereira de. “*ESCOLA SEM PARTIDO*”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

MOURÃO, Giovanni. *Protesto em audiência sobre “Escola sem Partido” em Niterói*. Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/pol%C3%ADtica/protesto-em-audi%C3%A2ncia-sobre-escola-sem-partido-em-niter%C3%B3i> Acesso em: 31 de maio de 2017

GOMES, Paulo Eduardo. Manifestante favorável ao projeto Escola Sem Partido manda quatro meninas negras “voltarem para a África” por elas não estarem cantando o hino nacional. Disponível em: [https://www.facebook.com/pauloeduardogomes.psol/videos/1488504551205800/?hc\\_ref=PAGES\\_TIME\\_LINE](https://www.facebook.com/pauloeduardogomes.psol/videos/1488504551205800/?hc_ref=PAGES_TIME_LINE) Acesso em: 31 de maio de 2017

NETO, Solon. *Escola sem partido, escola com racismo: “chegamos ao limite daquilo que os brancos estão dispostos a negociar”*. Disponível em: <http://www.almapreta.com/editorias/realidade/escola-sem-partido-escola-com-racismo-chegamos-ao-limite-daquilo-que-os-brancos-estao-dispostos-a-negociar> Acesso em: 31 de maio de 2017

QUERINO, Ana Carolina; LIMA, Cleiton Euzébio de; MADSEN, Nina. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade. In: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida. *Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 (pp.129-147). Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_facesdadesigualdade.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017

RÁDIO CÂMARA. Estudo analisa nova composição da Câmara por gênero e raça. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/COM-A-PALAVRA/475678-ESTUDO-ANALISA-NOVA-COMPOSICAO-DA-CAMARA-POR-GENERO-E-RACA.html> Acesso em: 31 de maio de 2017

SILVA, Orley. *O mundo físico e espiritual dos orixás: uma literatura do MEC para alunos da escola pública*. Disponível em: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/05/o-mundo-fisico-e-espiritual-dos-orixas.html> Acesso em: 31 de maio de 2017

TEIXEIRA, Moema de Poli. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006 (pp.13-54).

Tribunal Superior Eleitoral – TSE. *Estatísticas Eleitorais 2016 – Candidaturas*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/candidaturas> Acesso em: 31 de maio de 2017

VALVERDE, Danielle Oliveira; ESTOLCO, Lauro. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. In: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida. *Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011 (pp.149-160). Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_facesdadesigualdade.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf) Acesso em: 31 de maio de 2017